
Aplicativo SmartChico aliado no combate ao racismo religioso em Juazeiro/BA¹

Paloma SOUZA²
Cássio COSTA³
Amanda RODRIGUES⁴
Marcus de JESUS⁵
Simara SOARES⁶
Brenda MAURÍCIO⁷
Márcia GUENA⁸
Céres SANTOS⁹
Cecílio BASTOS¹⁰

Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Juazeiro/BA

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de dois projetos de Iniciação Científica que resultaram no mapeamento participativo e a geolocalização dos terreiros de Candomblé e Umbanda localizados em Juazeiro/BA. Ambos estão abrigados em uma investigação maior denominada “Imagens e histórias das religiões de matriz africana de Juazeiro”. O objetivo dos projetos foi contribuir com o combate ao racismo religioso através de uma maior visibilidade dos terreiros e de suas histórias, presentes na cidade desde a sua constituição. Para a geolocalização dos terreiros utilizamos o aplicativo gratuito SmartChico, disponível para celulares com sistema Android. Como metodologias

¹ Trabalho apresentado no IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania – XVIII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante do oitavo período do curso Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: palomacristi0705@gmail.com

³ Estudante do nono período do curso Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: cassiozeroito@outlook.com

⁴ Estudante do terceiro período do curso Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: amanda.rodriguec@gmail.com

⁵ Estudante do oitavo período do curso Jornalismo em Múltiplos Meios, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: gomes.marcus.j@gmail.com

⁶ Estudante do nono período do curso Pedagogia, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: simaranunes@hotmail.com

⁷ Estudante do nono período do curso Pedagogia, do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e bolsista do programa Afirmar da UNEB; e-mail: brendamauricioo@hotmail.com

⁸ Orientadora desse artigo. Professora Dra. do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB/CAMPUS Juazeiro; e-mail: marciaguena@gmail.com;

⁹ Orientadora desse artigo. Professora Dra. do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB/CAMPUS Juazeiro; e-mail: ceresantoss3@gmail.com;

¹⁰ Orientadora da pesquisa. Professor Mestre. do curso de Jornalismo em Múltiplos Meios da UNEB/CAMPUS Juazeiro; e-mail: ceciliocardo@gmail.com;

empregamos o mapeamento participativo; o geoprocessamento; a técnica de bola de neve, entrevistas com questionários fechados e oficinas com as lideranças religiosas.

Palavras-Chave: Mapeamento participativo; Geoprocessamento; Religiões de matriz africana; racismo religioso; SmartChico.

Introdução

A pesquisa “Imagens e histórias das religiões de matriz africana de Juazeiro”, coordenada pelas professoras Márcia Guena e Céres Santos, junto ao curso de Jornalismo em Multimeios do Departamento de Ciências Humanas (DCH-III) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na cidade de Juazeiro, se desdobrou em dois subprojetos de Iniciação Científica: o primeiro sobre mapeamento participativo e o segundo relativo ao geoprocessamento dos dados referentes aos terreiros de Candomblé e Umbanda localizados em Juazeiro, Bahia. Cinco bolsistas e um voluntário estiveram envolvidos/as na execução desses dois subprojetos: Amanda Rodrigues, Brenda Maurício e Paloma Silva, estudantes cotistas beneficiadas pelas bolsas de Iniciação Científica do Programa Afirmativa da UNEB, e Marcus de Jesus, voluntário pelo mesmo projeto; Cássio Costa e Simara Soares, com bolsa de iniciação científica da UNEB.

Juazeiro é uma cidade baiana de grande concentração de população negra: 73%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), com importantes expressões culturais de origem afro-brasileiras, como Samba de Véio, Os Congos e o São Gonçalo, com hibridismos com o Catolicismo e com as religiões de matriz africana, fortemente presentes, principalmente nos bairros periféricos da cidade. Porém, o racismo religioso tem violentado e invisibilizado os terreiros, suas histórias e o importante papel que exercem na construção da memória negra da cidade.

Até agora não havia sido feito nenhum levantamento sistemático que desse conta de inserir os terreiros em um marco institucional que facilitasse o acesso à políticas públicas e, que, também, contribuísse com a consolidação da história negra do território. “Este fato espacial é um revelador do processo real de exclusão e “invisibilidade” de uma das mais significativas referências da diáspora africana no Brasil, a territorialidade da resistência religiosa” (ANJOS, 2012, 37).

A invisibilidade urbana dos terreiros pode ter, no mapeamento participativo, uma importante ferramenta de realocação e reconhecimento no espaço. Para isso, a equipe da pesquisa se articulou com instituições municipais, como o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) e ancorou-se no Estatuto de Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, recém promulgado na cidade.

As informações foram coletadas junto a 31 terreiros - em um universo de 54 levantados pela pesquisa - foram agregadas ao aplicativo SmartChico, plataforma desenvolvida com finalidade de replicar geoart, geocultura e geoturismo, que pode ser baixado através do serviço de *download* do Google. O aplicativo foi desenvolvido pelo professor do curso de Jornalismo da UNEB, Cecílio Bastos (2017), que contribuiu na orientação do geoprocessamento dos dados deste projeto. Para cada terreiro geolocalizado, adicionamos um breve texto, com referências históricas; imagens e um podcast, o Pod'Exu, nome que faz alusão a entidade Exu, responsável, dentro da cosmogonia de matriz africana, pela comunicação entre os/as homens/mulheres e os orixás: é o mensageiro. O Pod'Exu traz entrevistas com as lideranças religiosas de cada uma das casas visitadas.

Para explicitar essa trajetória, organizamos o artigo da seguinte maneira: no primeiro item discutimos religiões de matriz africana na Bahia e em Juazeiro; no item 2, trazemos uma breve discussão sobre o Candomblé e a definição de racismo religioso e as violências que o acompanham; no item 3, discorremos sobre as metodologias utilizadas; e no item 4, apresentamos os resultados da pesquisa.

2. Religiões de matriz africana na Bahia e em Juazeiro

Em uma cidade predominantemente negra, apesar das heranças negra-indígena se apresentarem em diversas manifestações culturais, elas são inferiorizadas, em uma típica lógica colonialista. É neste lugar que se encontram os terreiros: apartados, distantes espacialmente e também da agenda cultural ou religiosa. Assim, também são escassas as fontes sobre a história das religiões de matriz africana na região do Vale do São Francisco e os poucos estudos que existem são recentes e datam dos anos 2000. Essa é a primeira cartografia que realiza um levantamento sistematizado dos terreiros da cidade de Juazeiro, localizando seus endereços e lideranças. Silenciar a cultura destes

povos é uma conduta recorrente ao longo da história brasileira, com uma marcante presença do Estado impetrando violências.

Em Juazeiro/BA, assim como em todo o Vale do São Francisco, as religiões de matriz africana receberam uma forte influência dos povos indígenas locais, quase todas iniciando suas atividades em torno da figura do “caboclo”, como nos contaram as yalorixás e babalorixás ao longo dessa pesquisa. A cosmogonia cristã, através do Catolicismo, também deixou suas marcas na organização dos terreiros e nas entidades cultuadas. Assim, não estamos tratando, apenas, de uma religião dos Orixás, mas de uma conformação híbrida, vivenciada por negros/as e indígenas através de um forte e cruel processo de colonização.

Porém, é fundamental falar da formação do Candomblé e do culto aos Orixás, lembrando o que nos diz Santos (1986, p.27): “as culturas africanas foram transportadas para Brasil pelos escravos negros que os colonizadores portugueses trouxeram desde sua chegada (...) particularmente da chamada Costa dos Escravos”.

Assim como no resto do Brasil, para a Bahia chegaram pessoas de diferentes partes do continente africano. Portanto, de diferentes grupos étnicos, conformando o que aqui passou a se chamar Candomblé e, posteriormente, de Umbanda. As diferenças nos cultos às entidades de origem africana estão relacionadas às suas origens distintas, denominadas de Nações, as quais encerram comportamentos, idiomas, formas de culto e divindades dessemelhantes. Bastide (1978) traz uma definição do que são as Nações do Candomblé no Brasil:

Os candomblés pertencem a "nações" diversas e perpetuam, portanto, tradições diferentes: Angola, Congo, Gege (isto é, Ewe), Nagô (termo com que os franceses designavam todos os negros de fala ioruba, da Costa dos Escravos), Queto (ou Ketu), Ijexa (ou Ijesha). É possível distinguir estas "nações" umas das outras pela maneira de tocar o tambor (seja com a mão, seja com varetas), pela música, pelo idioma dos cânticos, pelas vestes litúrgicas, algumas vezes pelos nomes das divindades, e enfim por certos traços do ritual (BASTIDE, 1978, p.15).

Na região pesquisada, os terreiros também vinculam-se a essas Nações, apesar de haver uma forte hibridização, não apenas, com as religiões indígenas e eurocênicas, mas entre as religiões africanas. Durante as entrevistas realizadas, várias lideranças afirmaram que suas casas pertencem a uma determinada Nação, mas que realizam cultos

e iniciações de outras origens. Esse é mais um indicativo de como os terreiros vão se conformando como espaços de convívio de múltiplas entidades.

A violência e o racismo religioso que marcam a história das religiões de matriz africana no Brasil, também estão presentes na região do Vale do São Francisco, com o registo de dezenas de casos. “Em 2015 o terreiro Ilê Axé Oyá Gnan, liderado por Mãe Adelaide, no bairro do Quidé, em Juazeiro/BA, passou a ser alvo de apedrejamentos, invasão e destruição de fotos e móveis. Os atos de violência só pararam em 2019”. Já o Terreiro de Candomblé Abaçá Caiango Macuajô, localizado no bairro do Sol Levante, foi invadido, em 2018 e teve destruída parte de seus objetos sagrados, como relata Emerson Maia, pai Bimbo. Em 2020, o Terreiro Tenda de Umbanda Mensageiro de Luz, também localizado no bairro do Quidé, “foi denunciado por promover excesso de ruído”, (COMPIR, 2021).

Braga (1995) elucida como se deu a resistência dos povos de terreiro frente ao desrespeito de outras religiões e às perseguições do Estado e evidencia como essa repressão também foi patrocinada pela hierarquia eclesiástica, que preconizava não haver salvação fora da Igreja Católica e que os ritos de terreiro eram coisas do demônio.

A violência também integrava o ideal de modernização, baseado em padrões europeus, ancorado em teorias racialistas e eugênicas, de pureza da raça que consideravam que, para inserir-se no desenvolvimento econômico mundial teriam que “desafricanizar” a população da Bahia, predominantemente ocupada por negros/as (BRAGA, 1995, p. 14).

As práticas medicinais praticadas nos terreiros também passaram a ser vistas como feitiçaria, principalmente por que nessa época se iniciou o avanço da medicina moderna: "seu confinamento, controle e aniquilação foram as soluções encontradas pela elite baiana a fim de impor a hegemonia eurocêntrica, sempre ameaçada pelos ecos dos tambores e fascinada pelas comidas de santo”, (BRAGA, 1995, p.15). Refugiar-se nas periferias e áreas rurais foi uma estratégia de sobrevivência, que ainda hoje pode ser vista em Juazeiro/BA, tanto entre os povos de terreiro como em comunidades quilombolas.

A fé, vai se configurar como um importante apoio para as populações negras, que utilizará uma importante estratégia de sobrevivência de suas entidades, que é associação de santos católicos aos Orixás, também denominada de sincretismo

religioso. Para não sofrer perseguição por conta do culto aos seus deuses e suas práticas religiosas passaram a dar nomes de santos católicos aos Orixás (BASTIDE, 1971, p.97). “Assim é que Santo Antônio chamou Ogun; a S. Jorge, Oxosse; à Santa Anna, Anamburucu; à Santa Bárbara, Iansã; a S. Jerônimo, Barú; a S. Bento, Omoulú; à N. S. do Rosário, Iemanjá; à N. S. da Conceição, Oxun; à S. Francisco, Xangô”, (QUERINO, 2006, p.36).

Todas essas investidas do Estado e das elites, não foram capazes de diminuir o desejo de liberdade da população negra de cultuar seus deuses. Pelo contrário. “Cristalizou-se entre o povo-de-santo um profundo sentimento religioso capaz de superar, nos dias atuais, as adversidades oriundas das intransigências de segmentos da sociedade que relutam em aceitar a identidade cultural diferenciada da população negra no Brasil”, (BRAGA, 1995, p.32).

2.1 Racismo religioso

Ao longo do século XIX as religiões de matriz africana foram criminalizadas e perseguidas, com destruição e apreensão de seus objetos e cultos. No Rio de Janeiro chegou a se constituir um acervo de “Magia Negra” organizado pela Polícia Civil, cujas peças foram recuperadas, em parte, somente em 2020. Nos anos 30, o então presidente do país Getúlio Vargas perseguiu os terreiros com extrema violência. Apenas em 1970 o Candomblé será descriminalizado, mas apenas com a Constituição de 1988 a liberdade de culto vira texto de lei.

Assim, as sucessivas investidas violentas por parte do Estado vão configurar como mais um dos tentáculos do racismo estrutural, que é o racismo religioso. Para Almeida (2018) o racismo é estrutural da sociedade porque ele faz parte da organização de suas várias dimensões: a economia, a política e as relações sociais. Não é algo individual e sim estruturante dessas diversas dimensões.

Segundo Nogueira (2020), o racismo religioso está no núcleo das diversas formas de violência sofridas pelos povos de terreiro. Dessa forma, no Brasil, as pessoas negras encontram-se perseguidas, excluídas e muitas vezes mortas por um Estado que propaga o ódio em nome de uma ideologia cristã. Segundo o autor “o racismo não incide somente sobre pretos e pretas praticantes dessas religiões, mas sobre as origens

da religião, sobre as práticas, sobre as crenças e sobre os rituais. (NOGUEIRA, 2020, p. 89).

Estas estruturas violentas também se reproduziram na área pesquisada. A maioria dos terreiros estão localizados nas áreas mais afastadas da cidade, empobrecidas e enfrentam vários conflitos com vizinhos e no convívio com outras religiões, mais acentuadamente as neopentecostais, que historicamente, demonizam as religiões de matrizes africanas.

3. Metodologias

Aproximar-se dos terreiros demandou tempo e cuidado. Inicialmente, submetemos o projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa, que o autorizou. Munidos do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fomos a campo, empregando multimétodos para mapear com um pouco mais de fidelidade essa dimensão da memória negra. Empregamos o mapeamento participativo; a técnica da bola de neve; entrevistas fechadas e gravadas; a produção de imagens, baseadas na fotoetnografia; e, por último, o geoprocessamento dos dados. Abaixo fazemos uma breve definição de cada uma dessas metodologias.

Por meio do mapeamento participativo foi possível ouvir e abrir espaço de fala, dando visibilidade aos adeptos do Candomblé e da Umbanda. O mapeamento participativo, apresenta em seu princípio, a inserção da comunidade na sua geolocalização, onde as mesmas têm autonomia para ditar como suas histórias devem ser contadas. Para isso, o georreferenciamento surge para armazenar, organizar e distribuir esses dados. O mapeamento participativo "é aquele que reconhece o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento" (HERLIHY; KNAPP, 2003 apud ACSELRAD; COLI. 2008. p.15, grifo do autor).

Já através do geoprocessamento, organizamos na plataforma virtual as informações levantadas anteriormente. Segundo Rosa (2013), o geoprocessamento é a junção e análise de dados geográficos combinados aos auxílios tecnológicos. Com isso, apresenta informações mais detalhadas sobre determinado local. Dessa forma, a cartografia digital, o processamento de imagens e o sistema de informações geográficas estão diretamente inseridas no processo, sendo responsáveis, respectivamente, pela

coleta de mapas ou o desenho desses, a edição e correção de imagens e o armazenamento de dados.

A chamada técnica Bola de Neve (Snowball) foi muito importante para a construção dessa pesquisa, uma vez que é adequada para ser aplicada em ambientes comunitários. Os/as participantes iniciais do estudo contribuem indicando novos/as participantes e, sucessivamente, indicarão outros/as. Uma questão a ser observada e pode resultar em um problema; há repetições das indicações, por várias pessoas entrevistadas. Isso se dá porque um terreiro, que tem mais tempo de atividade, acaba se tornando mais conhecido que outros e, conseqüentemente, os terreiros mais afastados do centro da cidade, acabam tendo mais dificuldade de serem localizados. (BALDIN; MUNHOZ, 2022).

Outra importante metodologia utilizada nesta pesquisa foi a fotoetnografia. As imagens produzidas pelos/as pesquisadores/as possibilitam o acesso da história e característica de cada lugar. Essas fotografias também compõe o banco de dados que faz parte do SmartChico.

O SmartChico

O SmartChico é um aplicativo disponível para Android com a finalidade de trazer *geoart*, geocultura e geoturismo de maneira rápida e prática. O app apresenta um design simplificado e, assim, facilita o acesso do público às suas funções. Desenvolvido por Cecílio Bastos, Luiz Adolfo Andrade, Ubirajara Lima, Mônica Farias, Andressa Silva, Ingryd Hayara e Lívia Santos o aplicativo implementa o geoprocessamento para análise e distribuição das informações e locais indicados, tendo um sistema de informação geográfica específico, o Big Eyes.

Trata-se de uma mídia locativa. “Podemos definir as mídias locativas como dispositivos, sensores e redes digitais sem fio e seus respectivos bancos de dados “atentos” a lugares e contextos” (LEMOS, 2009, p.92). O autor afirma que um dos objetivos da mídia locativa é o compartilhamento de informações, localizar territórios, prédios, praças, ruas etc. Assim, os dados dos terreiros foram compartilhados na rede mundial de computadores, podendo ser localizados por indivíduos de qualquer lugar do planeta.

Essa pesquisa pode ser enquadrada como ciberativismo, que são ações e métodos organizados por pessoas através da internet com objetivo de questionar as mazelas, ditaduras espalhadas pelo mundo que rondam as sociedades inserindo isto no debate público bem como organizando manifestações populares. O ciberativismo do século XXI está ligado aos movimentos contestatórios. Nas palavras de Alcântara (2015, p.92) “trabalhamos a “novidade” do ciberativismo a partir das suas continuidades com movimentos sociais e culturais anteriores e do próprio histórico de luta pela internet livre e horizontal”.

O SmartChico abrange um grupo de 11 cidades baianas: Juazeiro, Curaçá, Sobradinho, Casa Nova, Canudos, Uauá, Campo Alegre de Lourdes, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso. O aplicativo trará visibilidade para os terreiros de forma que fortaleça coletivamente a resistência a violência sofrida através do racismo religioso. É importante destacar que essas pesquisas estão baseadas em um conceito guarda-chuva, que é a pesquisa ativista, âncora da possibilidade do grupo pesquisado participar, opinar, fazer interação com o campo que está sendo pesquisado.

Esse método rompe com a ideia de isenção dos/as colaboradores/as e os/as consideram como participantes, uma vez que é possível a ação social, o que permeia a convivência dentro dessas comunidades de terreiro, já que ele “se constitui como um espaço que transita por duas ou mais concepções de mundo, já que a tradição africana, marcada pela oralidade, segue pressupostos distintos aos valores ocidentais”, (SANTOS; SANTOS; JESUS; ROCHA, 2020, p.4).

As entrevistas foram feitas presencialmente e, também, de modo remoto e foram um dos principais eixos da pesquisa, pois foi por meio desse método que tornou-se possível a coleta de dados e histórias de cada terreiro. Alguns espaços religiosos de matriz africana têm lideranças anciãs e, por esse motivo, elas preferiram fazer a entrevista de modo remoto. Aquelas realizadas presencialmente, atuaram rigorosamente, atendendo aos critérios sanitários para a não propagação do Covid-19.

4. Resultados da pesquisa

4.1 Os dados gerais

A pesquisa localizou 54 terreiros de Candomblé e Umbanda, destes 31 aceitaram fazer parte da pesquisa. Os outros 23 não participaram por motivos distintos:

uma parte não retornou as ligações telefônicas; outros não estavam na cidade; e alguns se recusaram a participar. Com as informações levantadas, construímos uma base de dados onde constam o nome do terreiro, endereço, nome da liderança religiosa, nação à qual pertence o terreiro, telefone, dados de geolocalização, observações e data da visita.

Ao realizar a pesquisa de campo, a equipe encontrou dificuldades para localizar os endereços indicados, através da técnica bola de neve, pois, muitas vezes, os nomes dos terreiros não estavam visíveis na fachada. Principalmente, quando os terreiros estavam localizados em áreas urbanas densamente povoadas – ou haviam mudado de endereço. Uma saída interessante, e que foi aprendida pelos motoristas da universidade que nos conduziam na pesquisa, foi a de localizar uma bandeira branca, que a maioria dos terreiros costuma hastear em alusão ao Orixá Irokô ou Tempo, uma das entidades mais antigas, e que representa o tempo. Além da bandeira, a árvore de Iroko também é plantada na frente dos terreiros. Ambos serviram como guia para identificação. Imediatamente, lembramos de duas composições de Caetano Veloso: a primeira foi “Triste Bahia”, em que em um dos refrões a bandeira branca é mencionada: “bandeira branca enfiada em pau forte”. A outra foi a canção “Oração ao Tempo” em que ele, poeticamente, define “Tempo” como o “compositor de destinos, tambor de todos os ritmos”. Assim, conseguimos nos guiar pelas ruas de Juazeiro/BA.

A maioria dos terreiros foi fundada em áreas rurais, espaços que aos poucos foram sendo incorporados à cidade, transformando-se em bairros organizados, fundados, muitas vezes, a partir dos terreiros que ali se ergueram. Apesar disso, continuam sendo vítimas do racismo religioso. Geralmente, praticado pelos/as novos/as moradores/as que chegam ao local. Das 31 casas que fazem parte do mapeamento, seis relataram ter vivenciado casos de violência religiosa.

Com relação ao gênero das lideranças religiosas, 18 das 31 casas mapeadas são zeladas – como denominam as yalorixás e babalorixás – por homens e 13 por mulheres. Quanto à Nação à qual pertencem, 10 são de Angola, nove de Ketu e apenas duas da Nação Jeje. Porém, todos que se identificaram como Ketu ou Angola, falaram que trazem influências das duas Nações, como afirma Mãe Branca, Yalorixá do terreiro Asé Egbé Odomi Iyá Lewá:

Tudo que é feito é na nação Ketu, mas eu tenho caboclos, entidades na casa, a entidade Marujo, que hoje é pouco cultuada, eu só não cultuo Pretos Velhos, ciganos, mestres. Esses aí não passam aqui pra eu cultuar, mas Exu e caboclos,

são desenvolvidos na casa. Até por que eu tenho manifesto, mas minha casa não é um Ketu puro, por que eu venho de casa de Angola, é uma casa do tipo que as pessoas falam, cruzadas, misturadas. Os mais antigos falam isso.¹¹

4. 2 As oficinas

Oficina no Cras do bairro Tabuleiro, em Juazeiro/BA



Fonte: Banco de Dados da pesquisa. Foto de Cássio Costa, tirada em 8.6.2022.

O projeto previu a realização de oficinas com representantes dos terreiros para que recebessem orientações para o uso do mapeamento participativo. Ou seja, quais informações das que foram levantadas deveriam ser divulgadas no aplicativo SmartChico. Bem como explicar o funcionamento do aplicativo e os conceitos utilizados na pesquisa. Após a finalização das visitas aos terreiros, as oficinas (três) foram realizadas durante o mês de junho, nos Centros de Assistência Social (CRAS), nos bairros Malhada da Areia; Tabuleiro; João Paulo II, todos de Juazeiro/BA. A primeira oficina foi realizada no dia 07 de abril, com um convite estendido a todos os terreiros, à Prefeitura Municipal de Juazeiro e à comunidade universitária.

Optamos por descentralizar as oficinas com o objetivo de facilitar a participação dos terreiros, em função da proximidade dos Cras com suas casas. Porém, na programação de três dias, conseguimos a participação de apenas seis terreiros. Duas lideranças religiosas compareceram, outros dois templos enviaram representantes. No

¹¹ Entrevista realizada por Márcia Guena e Cássio Costa, no dia 25 de maio de 2022.

terceiro dia de oficina não tivemos a participação de nenhum terreiro no CRAS do João Paulo II, e decidimos ir até dois terreiros e lá realizar as oficinas.

Nesses encontros baixamos o aplicativo *SmartChico* nos dispositivos das pessoas presentes, auxiliamos como fazer uso e demonstramos toda a funcionalidade do *app*. Percebemos a satisfação dos adeptos da religião de matriz africana em reconhecer seus terreiros sinalizados com imagens, textos e áudios no aplicativo. Ainda foi possível perceber que pessoas não alfabetizadas, presentes nas oficinas, tiveram dificuldade de manuseio e precisaram de auxílio. Com essa barreira, notamos que poderá ser adicionado comandos de voz ao *SmartChico* em suas próximas atualizações.

4.3 O Pod´Exu

A partir das entrevistas gravadas com as lideranças religiosas organizamos um podcast, com o nome de Pod´Exu, que consistiu em uma série com 23 episódios inicialmente (algumas casas não gravaram entrevistas), cujo primeiro programa traz explicações das professoras coordenadoras sobre os objetivos da pesquisa. O programa está abrigado nas plataformas *Spotify* e *SoundCloud* e foi vinculado ao *SmartChico*.

São programas curtos, de, no máximo, três minutos, no qual o babalorixá ou a yalorixá se identifica e responde a algumas perguntas chave sobre o terreiro: Qual é a religião, se é Umbanda, Candomblé ou se está integrada perpassando as duas religiões; Nome, idade e identificação no terreiro do babalorixá ou yalorixá, os líderes atuais e antigos da casa; nação da casa; quantos anos a casa está aberta; que orixás regem a casa; idade de iniciação e terreiro de origem; número de filhos feitos na casa; datas importantes do terreiro; se já foi vítima de racismo religioso.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo os resultados de uma pesquisa que durou um ano e envolveu seis estudantes, duas professoras e um professor. A experiência acumulada ao longo desse tempo, além do aprendizado sistemático oriundo da revisão de literatura, concentra-se no trabalho de campo e na discussão permanente dessas experiências. Fizemos o registro de 54 terreiros, realizando entrevistas com yalorixás e babalorixás, conhecendo os endereços, a situação das casas e suas histórias, a riqueza mítica e, algumas vezes, a pobreza material. Conhecemos uma Juazeiro negra-indígena que até

agora não havia sido revelada: a herança religiosa de matriz africana indígena, que se hibridiza com um catolicismo popular secular.

O mapeamento participativo foi fundamental para a abordagem, pois tentamos envolver os terreiros na forma de apresentação dos resultados, conseguindo chegar perto desse objetivo através das oficinas para apresentação e intervenção nas metodologias. Porém, a participação de apenas seis dos 31 terreiros limitou a profundidade dessa etapa do projeto, mesmo realizando nos bairros onde os mesmos estão localizados. As oficinas foram a segunda iniciativa de fomento à participação coletiva. A primeira foi a apresentação do projeto, que também contou com um número limitado de casas. Apesar disso, a receptividade durante as visitas às casas particularmente foi muito grande.

A etapa de geolocalização parece ter sido uma porta para o mundo para alguns terreiros, quando viram as suas casas localizadas na grande rede, motivo de orgulho para algumas lideranças, mesmo diante de todos os questionamentos que podemos fazer sobre essa constatação. Uma das yalorixás ficou orgulhosa de poder indicar ao motorista de um aplicativo que o endereço do seu terreiro já estava disponível na rede mundial de computadores. O aplicativo SmatChico foi recebido com tranquilidade e logo baixado nos celulares.

Com relação ao Pod'Exu, se constituiu em um produto da pesquisa de grande repercussão entre as pessoas que o ouviram. Os babalorixás e yalorixás avaliaram como muito positivo e a todo momento recomendavam a sua veiculação no SmartChico.

Esta pesquisa gerou diversos produtos, o que foi possível graças a presença de vários bolsistas atuando em uma mesma direção. Uma exigência de um projeto dessa monta. Acreditamos que o SmartChico será uma importante ferramenta de conhecimento dos terreiros da cidade de Juazeiro/BA, facilitando a implementação de políticas públicas, pesquisas acadêmicas e o acesso de simpatizantes. Assim, concluímos que conseguimos deixar, através desse projeto, uma contribuição para o combate ao racismo religioso.

Referências

ACSELRAD E COLI. 2008. **Disputas cartográficas e disputas territoriais**, In Acselrad, H. 2008. Cartografias Sociais e Território. Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

- ALCÂNTARA, L. M. de. **Ciberativismo e movimentos sociais**: mapeando discussões. Disponível: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474/18888>>. Acesso em: 09 jul. 2022.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. JÚNIOR, Emmanuel de Almeida Farias. **Povos e comunidades tradicionais**: Nova cartografia social. Manaus:UEA edições, 2013.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG). Letramento, 2018.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos Anjos. A África brasileira - espaços geográficos da Diáspora e do Candomblé. **Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território**, V.3, N.2 (2012), 31:44 ISSN: 2177-4366. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/ciga/article/view/15441>. Acesso: 20 jan 2021.
- BALDIN, Nelma, MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball** (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Disponível em: <https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>. Acesso em: 18 julh.2022.
- BASTOS, Cecilio Ricardo de Carvalho. **Cartografia urbanográfica no sertão do São Francisco**: uma proposta infocomunicacional a favor da articulação de novos espaços de arte e educação. Orientador: Luiz Adolfo de Paiva Andrade. 2017. Dissertação (Mestrado) - Letramento e Comunicação Intercultural, Juazeiro, 2017.
- BASTIDE, Roger. **As religiões Africanas no Brasil**: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações. EDITORA, 1971.
- BASTIDE, Roger. **O Candomblé da Bahia**: rito Nagô. Companhia Editora Nacional, 1978.
- BIBLIOTECA VIRTUAL CONSUELO PONDE. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BRAGA, Júlio. **Na Gamela do Feitiço**: Repressão e Resistência nos Candomblés da Bahia. EDUFBA, Salvador,1995.
- CARNEIRO, Edison. **Candomblés da Bahia**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1978. 6ª edição 147.
- Estudos Avançados**. A luta segue por novos caminhos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WkFDzdxth8d3hq8cH9km5kN/?format=html>. Acesso em: 10 jun. 2022.
- COMPIR. Conselho da Promoção da Igualdade Racial de Juazeiro reflete sobre a importância do Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. **Portal Preto no Branco**. Disponível em <https://pretonobranco.org/2021/01/21/conselho-da-promocao-da-igualdade-racial-de-juazeiro-reflete-sobre-a-importancia-do-dia-nacional-de-combate-a-intolerancia-religiosa/>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- IBGE, 2010. **Sidra**. Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175>>. Acesso em: 25 set. 2020.
- LEMONS, A; JOSGRILBERG, Fabio. (Org). **Comunicação e mobilidade**: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil - Salvador : EDUFBA, 2009. p.156.
- NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2020, p 160. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamilia Ribeiro).

-
- QUERINO, Manuel. **A Raça Africana e os Seus Costumes na Bahia**. [S. l.]: P 555, 2006. 96.
- ROSA, Roberto. **Introdução ao geoprocessamento**. [S. l.: s. n.], 2013.
- SANTOS; Juana Elbein dos. **Os Nagô e a morte**: Padê, Àsèsè e o culto Égun na Bahia. Universidade Federal da Bahia. Petrópolis, Vozes, 1986.
- SANTOS. Robson Marques. **Crianças nos Terreiros de Candomblé do Sertão**. Disponível em <https://ppgecoh.uneb.br/wp-content/uploads/2021/03/ROBSON-MARQUES-DOS-SANTOS.pdf> Acesso: em 18 mar. 2022.
- SANTOS, Márcia; SANTOS, Céres; JESUS, Marcus; ROCHA, Ana Luisa. Festa do caboclo boiadeiro Zeca da Varginha em Juazeiro/BA: um encontro ou hibridização cultural? **Anais do VII Congresso baiano de Pesquisadores negros**. Disponível em: <https://viicbpn2019.wixsite.com/apnb/anais-vii-cbpn>. Acesso em: 10 jul. de 2022.
- VELOSO, Caetano. Triste Bahia. **Álbum Transa**, 1972. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/4NIGwEvudfT3KZrYPymOmz>. Acesso em: 15 de jul. 2022.
- VELOSO, Caetano. Oração do Tempo. **Álbum Cinema Transcendental**, 1979. Disponível em: <https://open.spotify.com/album/64JvR5shy7j04mTiX0wfNp?autoplay=true>. Acesso em: 15 de jul. 2022.